



GT 66. Poder, diferença e transformação na África Contemporânea

Coordenador(es):

Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Paulo Ricardo Muller (UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul)

Os estudos africanos no Brasil vêm se consolidando a partir da organização de grupos de pesquisa, GTs em congressos de Ciências Sociais, Antropologia e História e seminários, assim como pela publicação de livros e dossiês em revistas sobre o tema. A Antropologia, de modo especial, vem se dedicando à compreensão de disputas em torno da construção social da contemporaneidade a partir da diversificação e complexificação de olhares sobre processos e narrativas constitutivas de diferentes contextos socioculturais africanos. Visando criar mais uma possibilidade de diálogo entre pesquisadores que se debruçam sobre temas concernentes ao continente africano, acolheremos trabalhos de viés etnográfico, teórico e/ou histórico que pensem questões referentes aos aspectos políticos, simbólicos e práticos que permeiam processos sociais e históricos de diferenciação e de articulação entre diferentes configurações de poder “tradicional” e estatal, colonial e pós-colonial, religioso e secular, institucional e informal, etc.

Notas sobre fotografia, política e cultura durante a Revolução Moçambicana (1975-1986)

Autoria: Gustavo Fernandes dos Santos (UFPR - Universidade Federal do Paraná)

Ao conquistar a independência após dez anos de luta armada de libertação nacional, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) garantiu a hegemonia política necessária para impôr seu projeto revolucionário de construção de uma nação socialista na África austral. Neste contexto, a imagem foi instrumentalizada como arma ideológica, capaz de massificar a transmissão de informações, ideologias e políticas da Frente, atravessando a diversidade e as complexidades sócio-culturais da sociedade moçambicana. A estatização da imprensa, a criação de um centro de formação de fotógrafos e a organização de exposições nacionais de fotografia por parte do governo permitiram o florescimento de uma geração de fotógrafos empenhados na tarefa de construir uma nova imagem para Moçambique e seu Povo, em contraste com as representações coloniais. Este artigo busca proporcionar um refinamento do problema de pesquisa para o prosseguimento de minha pesquisa de mestrado sobre as políticas de representação fotográfica do período da guerra civil moçambicana, travada entre 1976 e 1992. O objetivo é mapear trajetórias e relações sociais de fotógrafos profissionais atuantes no referido contexto, atraídos pelo projeto modernizador e revolucionário da Frelimo, partindo da trajetória do influente fotojornalista Kok Nam e se estendendo para outros profissionais relacionados, como Moira Forjaz, José Cabral e Daniel Maquinasse. O work constrói seus dados etnográficos através do diálogo entre as trajetórias e histórias de vida destes fotógrafos com suas produções, de maneira a apreender um conhecimento sobre os processos sócio-históricos de Moçambique durante o período de construção e crise do projeto de Estado-Nação identificado com o governo de Samora Machel e a consequente guerra civil que assolou o país entre os anos de 1976 e 1992. O estudo se propõe também a refletir sobre as potencialidades da análise das fotografias, de seus contextos de produção e das trajetórias dos fotógrafos como meio de abrir possibilidades heurísticas para diversificar abordagens sobre a história moçambicana em alternativa ao "Roteiro de Libertação" enfatizada como história oficial e fonte de legitimidade política pela Frelimo na contemporaneidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: